



CEADA:

Memórias, Reflexões e Práticas

SED
Secretaria de
Estado de
Educação



GOVERNO DE
Mato
Grosso
do Sul

Elaboração e produção

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED-MS

Projeto

Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da
Audiocomunicação (Ceada)

Coordenação

Prof. Esp. Bruno Ribeiro da Cruz

Organização

Bruno Ribeiro da Cruz
Janaina de Jesus Fernandes Belato
Roseli Simões Leal Gonzalez
Jussara Linhares Granemann

Projeto gráfico e capa

Roseli Simões Leal Gonzalez – Ceada – MS
Assessoria de Comunicação – SED-MS

Revisão

Prof.^a Me. Esther Arnold

Colaboradores

Prof. Esp. Elizeia Fonseca Molina
Prof. Me. Janaina de Jesus Fernandes Belato
Prof. Dr.^a Jussara Linhares Granemann
Prof. Esp. Michela dos Santos Viana Alves Pereira
Prof. Me. Roseli Simões Leal Gonzalez
Prof. Esp. Rozilane Gamarra Ribeiro
Prof. Esp. Simone Amaral Dornelles
Prof. Esp. Sirley dos Santos Gonçalves

M4279c

Mato Grosso do Sul (Estado). Secretaria de Estado de Educação.

CEADA: memórias, reflexões e práticas. / Organizadores Bruno Ribeiro da Cruz; Janaina de Jesus Fernandes Belato; Roseli Simões Leal Gonzalez; Jussara Linhares Granemann. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2024.

73p. : il.; 21 x 29,7 cm – e-Book

ISBN 978-65-88366-56-1

1. Educação - Mato Grosso do Sul. 2. Educação inclusiva 3. Pessoas com deficiência visual - Educação. 4. Surdos - Educação. 5. Cegos - Educação. I. Cruz, Bruno Ribeiro da, org. II. Belato, Janaina de Jesus Fernandes, org. III. Gonzalez, Roseli Simões Leal, org. IV. Granemann, Jussara Linhares, org. V. Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação - CEADA. VI. Superintendência de Políticas Educacionais - SUPED. VII. Coordenadoria de Educação Especial - COESP. VIII. Título.

CDD 371.911

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Edneia Auxiliadora Arruda Barreto Medeiros - CRB1-2433

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Educação – SED

Superintendência de Políticas Educacionais – Suped

Coordenadoria de Educação Especial – Coesp

Eduardo Corrêa Riedel
Governador

José Carlos Barbosa
Vice-Governador

Helio Queiroz Daher
Secretário de Estado de Educação

Adriana Aparecida Burato Marques Buytendorp
Superintendente de Políticas Educacionais

Janaina de Jesus Fernandes Belato
Coordenadora de Educação Especial

SUMÁRIO

Primeiras Palavras	05
Prefácio	06
Homenagem	08
Apresentação	10
Ceada: Memórias, Reflexões e Práticas	12
Introdução	12
Memórias do Ceada	13
Evolução da Estrutura do Ceada	20
O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no CEADA	24
Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE	24
CAEE e a Deficiência Auditiva	24
CAEE e a Surdocegueira	30
Comunicação	32
Calendário de Comunicação	33
Orientação e Mobilidade	34
Práticas Educativas para uma Vida Independente (Pevi)	35
Libras Tátil	37
Libras Tátil com Sinais Adaptados	37
Atribuições do Professor no AEE voltado para a Surdocegueira	38
Materiais Confeccionados no CEADA para a Surdocegueira	40
Núcleo de Assessoramento: Formação e Apoio Pedagógico à Deficiência Auditiva	42
Acompanhamento Pedagógico nas Escolas Estaduais de Mato Grosso do Sul	44

Acolhimento e Avaliação Pedagógica nas Escolas	44
Avaliação Pedagógica	46
Instrutor Mediador Modalidade Oral	49
Aspectos Históricos da Implantação e Implementação do Serviço (2014-2017)	49
Instrutor Mediador Modalidade Oral: construção histórica em Mato Grosso do Sul (2014 – 2017)	50
Atribuições do Instrutor Mediador Modalidade Oral	55
Núcleo de Assessoramento, Formação e Apoio Pedagógico à Surdocegueira	59
Guia-Intérprete e Instrutor Mediador	62
Atribuições do Instrutor Mediador na Escola	63
Atribuições do Guia-Intérprete	64
Núcleo de Fonoaudiologia	67
Referências	69
Anexo	72

PRIMEIRAS PALAVRAS...

Seja bem-vindo a uma retrospectiva histórica do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada) e o seu cenário atual. Nas próximas páginas, você é convidado a conhecer as trilhas percorridas ao longo de décadas de dedicação à educação inclusiva. O Ceada, desde sua fundação em 1986, tem sido uma referência na promoção da igualdade educacional nos mais diversos contextos.

Ao iniciar esta jornada, o passado não é apenas documentado, mas também, são registrados os desafios, celebradas as vitórias e reconhecidas as transformações pelas quais o Ceada passou. Por intermédio da lente da memória, reflete-se sobre os obstáculos superados e os horizontes alcançados, enquanto se exploram as práticas inovadoras que moldaram o caminho para uma educação mais inclusiva e acessível.

Neste documento, não apenas se registra uma história, como se tece uma narrativa de resistência, resiliência e realização. Desde o início, poderá ser testemunhado o impacto que o Ceada causou, não apenas na vida dos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, mas também, na estrutura da Educação Especial em Mato Grosso do Sul.

Junte-se a esta jornada de descoberta e inspiração, celebrando o passado, abraçando o presente e comprometendo-se com o futuro, em que cada voz seja ouvida e cada estudante tenha o direito inalienável à educação e ao pleno desenvolvimento. Esse é o legado do Ceada. Estas são suas memórias, reflexões e práticas.

Prof. Helio Queiroz Daher
Secretário de Estado de Educação

PREFÁCIO

Ao abrir as páginas deste *e-book*, uma jornada pela história do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada) se apresenta, em que memórias se entrelaçam com reflexões e práticas, formando o tecido vivo de uma Instituição que transcendeu desafios e deixou um legado de inclusão e educação.

Desde sua fundação, em 1986, o Ceada assumiu um papel vital no apoio aos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, matriculados na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Situado em Campo Grande (MS), esse Centro se tornou um farol de esperança e oportunidade para aqueles que enfrentavam barreiras na jornada educacional.

Este *e-book* não é apenas um relato histórico, mas um encontro entre as pessoas que moldaram e foram moldadas pela trajetória do Ceada. Das primeiras salas de recursos à consolidação como referência em atendimento especializado aos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, cada capítulo conta uma história de perseverança, compromisso e superação.

Ao adentrar nas memórias do Ceada, transportados para um período de transformação na educação especial. Desde os primeiros passos rumo à inclusão até as práticas pedagógicas inovadoras, testemunhamos o poder da educação em abrir portas e mudar vidas.

As reflexões contidas nestas páginas são um convite à introspecção e ao diálogo. Elas nos desafiam a repensar nossas concepções sobre inclusão, acessibilidade e diversidade, e nos inspiram a buscar caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, as práticas exemplificadas aqui são um testemunho do compromisso do Ceada com a excelência educacional. Da avaliação diagnóstica à implementação de planos educacionais individualizados, cada passo é dado com o cuidado e a dedicação que caracterizam essa Instituição.

Que este *e-book* seja mais do que uma simples leitura, que seja uma fonte de inspiração e aprendizado. Que as histórias aqui compartilhadas ecoem além das páginas, incentivando-nos a construir um futuro em que todos tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e realização.

Que as memórias, reflexões e práticas do Ceada continuem a iluminar o caminho da inclusão e da educação para todos.

Bruno Ribeiro da Cruz
Gerente Pedagógico

HOMENAGEM

É com imensa gratidão e admiração que dedicamos estas palavras à servidora Iracema dos Santos Cadorin, uma figura notável na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE-MS). Ao longo de 33 anos de serviço público, dedicados com amor e empenho, Iracema desempenhou um papel essencial como agente de merenda no Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada) em Campo Grande - MS.

Neste momento especial, em que nos preparamos para celebrar sua merecida aposentadoria, é importante refletir sobre a contribuição que “tia Cema” teve em nossa comunidade. Sua presença calorosa, seu sorriso acolhedor e sua generosidade inesgotável deixaram uma marca indelével nos corações de todos os estudantes, que tiveram o privilégio de conhecê-la.

Ao longo dos anos, Iracema não só forneceu refeições deliciosas e nutritivas, mas também, demonstrou um cuidado atencioso e uma gentileza infinita para com nossos estudantes. Sua presença como agente de merenda foi além do simples preparo de alimentos, tornando-se uma figura essencial no apoio ao bem-estar dos estudantes. Ela estava sempre pronta para oferecer carinho e atenção.

Além disso, Iracema é um exemplo inspirador de comprometimento e profissionalismo, sempre realizando suas tarefas com diligência e excelência. Sua ética de trabalho exemplar e sua paixão pelo serviço público servem como referência para todos nós, guiando-nos no caminho da dedicação e da integridade.

À medida que nos despedimos de Iracema nesta jornada de trabalho, perdemos uma colega de equipe valiosa, mas fica a amizade para a vida toda.

Seu legado continuará a ecoar pelos corredores do Ceada, inspirando gerações futuras a seguir seus passos com a mesma dedicação.

Iracema, que este novo capítulo de sua vida esteja repleto de momentos de alegria, realização e amor. Saiba que seu impacto em nossas vidas nunca será esquecido e que você sempre terá um lugar especial em nossos corações.

Com todo o nosso carinho e gratidão!

Equipe Ceada



Sr.ª Iracema dos Santos Cadorin
Agente de Atividades Educativas

APRESENTAÇÃO

Prezados,

A Secretaria de Estado de Educação (SED-MS), por meio da Coordenadoria de Educação Especial (Coesp), vinculado a Superintendência de Políticas Educacionais (Suped) tem a honra de apresentar o *e-book* "Ceadá: Memórias, Reflexões e Práticas", uma obra que retrata a trajetória histórica e as realizações do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceadá). Fundado em 17 de abril de 1986 pelo Decreto n.º 3.546, o Ceadá tem sido uma fonte constante de esperança e apoio para os estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, matriculados nas escolas estaduais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE-MS).

O *e-book* "Ceadá: Memórias, Reflexões e Práticas" mergulha nas raízes históricas da Instituição, desde sua criação em meio às demandas de organização e reorganização do recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul, até sua consolidação como Centro de referência em educação inclusiva, voltado aos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira.

Narrativas inspiradoras e reflexões sobre práticas educacionais permeiam estas páginas, destacando o compromisso do Ceadá com a excelência educacional e a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes atendidos na Rede Estadual de Ensino (REE-MS). O material que se apresenta registra, além da história da constituição do Ceadá, o trabalho desenvolvido pelo Centro, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o apoio junto às escolas no processo de inclusão escolar dos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, bem como a forte atuação na formação dos profissionais da educação especial e comunidade escolar para garantir o acesso, permanência e participação dos estudantes na escola comum.

Por fim e não menos importante, este trabalho registra os apoios pedagógicos especializados disponibilizados, assim como a grande contribuição do Núcleo de Fonoaudiologia na detecção da Deficiência Auditiva, para que a intervenção educacional aconteça da forma mais célere e efetiva possível.

Dessa forma, evidencia-se não apenas as memórias do passado, mas também, os feitos do presente e o comprometimento com o futuro, reafirmando o compromisso com uma sociedade mais justa, igualitária e acessível para todos.

Espera-se que este *e-book* sirva como uma fonte de inspiração e aprendizado, não apenas para aqueles que estão diretamente envolvidos com o Ceada, mas também, para todos os que acreditam na importância da educação inclusiva e na valorização da diversidade.

A Coordenadoria de Educação Especial agradece a todos que contribuíram para a realização deste projeto e lhe convida a embarcar nesta jornada de memórias, práticas, aprendizados e transformações.

Janaina de Jesus Fernandes Belato
Coordenadora de Educação Especial

CEADA: MEMÓRIAS, REFLEXÕES E PRÁTICAS

INTRODUÇÃO

O Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada) foi criado pelo Decreto n.º 3.546 de 17 de abril de 1986, e está situado na Rua Antônio da Silva Vendas, n.º 159, Jardim Bela Vista, em Campo Grande – MS, vinculado à Coordenadoria de Educação Especial (Coesp) e à Superintendência de Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS), com o objetivo de desempenhar um papel fundamental no apoio aos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, matriculados nas escolas estaduais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE-MS).

Os serviços oferecidos pelo Ceada têm por finalidade o assessoramento escolar e o acompanhamento pedagógico aos estudantes com Surdocegueira e Deficiência Auditiva, incluindo aqueles que fazem uso de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (Aasi) e/ou que tenham Implante Coclear (IC).

Alguns estudantes com Deficiência Auditiva podem ter outros comprometimentos físicos, intelectuais ou sensoriais que requerem apoios intensos e contínuos no processo de inclusão escolar e, para esses casos, a Secretaria de Estado de Educação tem, entre os serviços ofertados, os Instrutores Mediadores Modalidade Oral (tipo de apoio pedagógico especializado).

Já para os estudantes com Surdocegueira, são disponibilizados Instrutores Mediadores (IM) ou Guia-Intérpretes (GI) (tipos de apoio pedagógico especializado), após avaliação pedagógica.

Além disso, o Ceada oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) com caráter complementar à formação dos estudantes.

O centro também realiza exames de Audiometria para os estudantes da Rede Estadual de Ensino e para a comunidade em geral, sem custos.

Além de atividades direcionadas aos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, o Ceada promove formação dos profissionais, orienta as famílias e/ou responsáveis sobre as necessidades específicas dos estudantes, os recursos de acessibilidade e as estratégias para eliminar barreiras à sua plena participação na sociedade e ao desenvolvimento de sua aprendizagem, em colaboração com as unidades de ensino comum em que estão matriculados.

Discorrer sobre o Ceada, em sua totalidade, é narrar a memória do Centro, enraizada nas experiências e vivências compartilhadas ao longo dos anos, constituindo um patrimônio inestimável. É na preservação e valorização dessas memórias que encontramos uma base sólida que construiu um presente mais inclusivo e um futuro mais promissor para as gerações vindouras.

MEMÓRIAS DO CEADA

Para falar da história do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada) é importante retomar o contexto histórico em que o Centro foi criado, que remete a um período de divisão territorial e criação do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977, na gestão do então presidente Ernesto Geisel, e foi instalado em 1º de janeiro de 1979. Com a criação da nova unidade da federação, houve a necessidade da montagem de um “aparelho de Estado”, visto que o

antigo havia ficado com o Mato Grosso. Dessa forma, toda a estrutura estadual, nos mais diversos setores, precisou ser reorganizada.

O Estado não foi criado do nada, aqui já havia um Estado constituído, o Estado de Mato Grosso uno, porém, com a divisão entre os territórios e a constituição do novo Estado, Mato Grosso do Sul, houve a necessidade de criação de novos serviços e reorganização dos já existentes.

No que tange à educação, mais especificamente à educação especial, cabe registrar que a primeira Diretoria de Educação Especial foi criada na estrutura da Secretaria de Estado de Educação, em 23 de setembro de 1981, por meio do Decreto n.º 1.231, de 24 de setembro de 1981, e com a criação da Diretoria de Educação Especial na Secretaria de Estado de Educação, foram necessárias mudanças administrativas relacionadas à equipe e pessoal para realizar o atendimento da educação especial, pois não havia, naquela época, pessoas que tivessem realmente a devida formação para tal intento (Belato, 2022).

Sobre o contexto da educação especial, Belato (2022) ainda afirma que o atendimento da pessoa com deficiência era feito por instituições privado filantrópicas, e que:

[...] alguns serviços de educação especial já tinham sido criados no Mato Grosso (antes uno) e agora Mato Grosso do Sul, sendo a primeira instituição fundada em 1957, o Instituto Florisvaldo Vargas (Instituto dos Cegos) e, em 1979, já constavam cinco Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), sendo em Campo Grande, Corumbá, Dourados, Três Lagoas e Naviraí. Nas escolas comuns havia 32 (trinta e duas) classes especiais para deficiência mental e 2 (duas) para deficiência auditiva (Belato, 2022, p. 152).

Segundo Cesco (*apud* Belato, 2022):

Com a criação da Diretoria em 1981, a diretoria se deparou com situações que mereciam atenção, devido à incoerência ou inconsistência dos serviços prestados pelas instituições especializadas, pois muitas Apaes mantinham classes especiais para deficiência auditiva, visto que ninguém assumia esse alunado, então, as instituições

o faziam no vácuo da não ação governamental, a comunidade se estruturava para não deixar as crianças sem atendimento, já que entre o aluno surdo permanecer sem atendimento e ter um espaço na escola especial, mesmo que sem o uso da Língua Brasileira de Sinais, preferia-se por atendê-lo, ou 'era o que se tinha para o momento' (Cesco *apud* Belato, 2022, p. 152).

Nesse período, a Diretoria de Educação Especial se organizou em três núcleos: Núcleo de Atendimento aos Centros Regionais de Assistência Médica-Psicopedagógica e Social (Cramps); Núcleo de Atendimento às Escolas do Ensino Regular; e Núcleo de Atendimento às Instituições Especializadas. Desta feita, o Cramps tinha três programas principais: o **Setor de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Seda)**; o Serviço de Distúrbio de Aprendizagem (Sedea); e o Serviço de Atendimento à Estimulação Precoce (Seapre). O Setor de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Seda) avaliava o estudante com indicativos de Deficiência Auditiva, fazia o diagnóstico e orientava os pais e a escola, mas para atender os estudantes com Deficiência Auditiva e surdos da REE/MS, um outro serviço de grande relevância foi criado à época, ou melhor, um Centro (Belato, 2022, p.161).

Outro ponto muito importante dessa história foi à atenção dada aos apelos da comunidade surda, pois:

Nos anos iniciais de atuação da Diretoria de Educação Especial foram criadas, em Campo Grande, duas salas de recursos para deficiência auditiva, sendo uma na Escola Estadual Lúcia Martins Coelho e outra na Escola Estadual Emygdio Campos Widal, bem como uma classe especial para estudantes com deficiência auditiva na Escola Estadual Dona Consuelo Muller, que funcionava no período noturno. Vale ressaltar que as duas salas de recursos instaladas na Escola Estadual Lúcia Martins Coelho e na Escola Estadual Emygdio Campos Widal, em 1982, foram resultadas de recursos disponibilizados pelo Cenesp. Essa distribuição e elegibilidade de escolas se deu após consulta e reivindicação da comunidade surda, e tinha como objetivo aproximar os atendimentos, ofertados nas classes, às casas dos estudantes em bairros diferentes, porém, apesar desse esforço, a comunidade surda teve dificuldade com a localização e então, optou-se por um atendimento em endereço mais central (Belato, 2022, p. 161).

Nessas salas e classes, os professores ministravam os conteúdos curriculares se utilizando da Comunicação Total, definidos pelo uso de diversos recursos de comunicação, tais como gestos, mímicas, leitura labial, língua de sinais, imagens, dança, teatro, entre outros. A essas diversas formas utilizadas, era dado o nome de Comunicação Total.

No período de 1984 a 1985, o Centro contava com uma coordenadora, “Suely Roman, ela era como uma responsável, porque era uma extensão da Escola Estadual Lúcia Martins Coelho” (Belato, 2022, p. 162).

Belato (2022) acrescenta que:

Com essa trajetória foi criado o Centro de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada) em 17 de abril de 1986 pelo Decreto nº 3.546, e entre seus serviços estavam o atendimento às pessoas com surdez severa e profunda desde os primeiros meses de vida, a estimulação precoce, a educação infantil (pré-escolar) e anos iniciais do ensino fundamental (4 anos), e para isso, o estudante passava por uma avaliação social, pedagógica, audiológica e fonoaudiológica. O Centro também dispunha de sala de recursos e programas sociais juntamente com oficinas pedagógicas para o trabalho (Belato, 2022, p. 162).

Assim, o Ceada se oficializa como Instituição vinculada a Rede Estadual de Ensino em 1986. A Instituição nasce com uma estrutura para operar de forma educacional e terapêutica junto aos estudantes com diagnóstico de perda auditiva severa a profunda, desde a Educação Infantil até a 4ª série (equivalente, atualmente, ao 5º ano do Ensino Fundamental).

Sobre o atendimento dos surdos no cenário nacional, a Secretaria de Estado de Educação, no livro intitulado “O Trabalho do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez na Educação dos Surdos no Mato Grosso do Sul de 2002 a 2023”, retoma a história da escolarização dos surdos no Brasil e no Mato Grosso do Sul e tal referencial é extremamente importante para se conhecer e entender o processo de organização e reorganização pelo qual o Ceada passou.

A partir da década de 1980 até 1990, o uso dos sinais ganha maior força e estabelece a Comunicação Total como filosofia educacional. Essa filosofia contemplou a adoção de qualquer recurso linguístico que estabelecesse a comunicação com a pessoa surda, seja com o uso da fala em conjunto com os sinais e com outras formas de expressões, o alfabeto datilológico, a leitura labial, o teatro, a dança, a mímica, entre outras [...]. Também, fazia o uso do bimodalismo, ou seja, o uso concomitante de uma língua oral e de uma língua de sinais (Mato Grosso do Sul, 2023, p. 17).

Nesse período, inicia-se nos anos de 1990, o trabalho do coral “Mãos que Cantam” com estudantes matriculados na escolarização e com participação em diversos eventos, apresentando músicas regionais, Hino Nacional Brasileiro e Hino de Mato Grosso do Sul, sob a regência de Shirley Vilhalva, professora e pesquisadora surda, com atuação intensa na comunidade surda, começando, assim, o fortalecimento de um novo contexto, baseado no bilinguismo.

Esse período e os posteriores se tornam um divisor de águas quanto ao movimento pela inclusão das pessoas com deficiências nas escolas e sociedade, consequentemente, na educação especial. Os surdos estavam em fervorosas discussões sobre uma modalidade educacional bilíngue e essas produziram efeitos nas políticas e propostas educacionais para os surdos, como a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que passa a reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão em todo o território nacional e:

A Educação Bilíngue para surdos compreende a utilização de duas línguas no ensino dos surdos, a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Para contemplar essa educação ideal e bilíngue, a criança surda adquire a Libras como sua primeira língua, desde a mais tenra idade e na educação infantil e, junto à Libras, recebe uma base fundada na identificação cultural e linguística, consolidada pela interação com professores surdos, e de professores fluentes na sinalização para, só então, o aprendizado da Língua Portuguesa escrita como sua segunda língua, pois é essa que o estudante surdo e a pessoa surda utilizará de forma escrita em todo território nacional (Mato Grosso do Sul, 2023, p. 17).

Na afirmação de Lacerda e Mantelatto (2000, p. 21)

[...] o bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, conseqüentemente, um desenvolvimento integral.

Albres e Neves (2014, p. 22), complementam afirmando que,

Com isso, transformações no sistema educacional do país e, conseqüentemente, do Estado, foram geradas. Momento em que aconteceu a criação dos primeiros Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) no Brasil, 'ficando na oportunidade, dois CAS na região centro-oeste e gradativamente sendo ampliado para as demais capitais e oportunizando este Centro para alguns municípios'.

Assim, em 21 de novembro de 2006, o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) foi criado por meio do Decreto Estadual n.º 12.192.

A criação do CAS no contexto da história do Ceada vem aclarar os futuros encaminhamentos das políticas públicas voltadas para os estudantes surdos, visto que o artigo 208, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, garante o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988) e a Carta Magna já apontava para a garantia de direitos dos surdos que foi ganhando força com a publicação de outras leis específicas da educação, da educação especial, e da educação dos surdos. Garantia, também, presente na Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 54 e no 208 (Brasil, 1990). Em 1996, há a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996) e, em ocasião, a lei contemplava a educação do estudante surdo, porém, não regulamentava como deveria ser o ensino (Mato Grosso do Sul, 2023, p. 30).

Nesse diapasão, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED) realizou minuciosa pesquisa qualitativa e quantitativa da escolarização dos estudantes com Deficiência Auditiva e surdez na Rede Estadual de Ensino e concluiu pelo encerramento das atividades da escola especial de 1º ao 5º ano do Ceada em dezembro de 2016. A escola possuía demanda baixa de estudantes matriculados e, por isso, os estudantes surdos e com Deficiência Auditiva que

frequentavam as aulas foram transferidos para as escolas estaduais, participando da inclusão em escolas comuns.

O Ceada sempre manteve suas atividades e, em 2017, continuou sendo um Centro, desta vez responsável por assessorar o processo de inclusão nas escolas comuns da Rede Estadual de Ensino, no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira.

No transcorrer das memórias sobre a criação e reorganização do Ceada, emergiram importantes reflexões sobre sua história, memória e práticas de atendimento, permitindo mergulhar na história de uma Instituição que não apenas se adaptou aos desafios e evoluções do tempo, mas também, se reinventou e se reorganizou pela inclusão da comunidade surda, e dos estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira.

A história do Ceada revela uma narrativa de lutas e conquistas, de perseverança e compromisso com a causa da educação inclusiva. Desde sua origem, marcada por desafios iniciais e escassez de recursos, até sua consolidação como referência em atendimento especializado, essa trajetória ecoa o esforço incansável de educadores, estudantes e suas famílias na busca por um futuro mais inclusivo e acessível.

As práticas adotadas pelo Ceada refletem um compromisso com a excelência educacional, a promoção e desenvolvimento integral dos estudantes com Surdocegueira e Deficiência Auditiva. A abordagem pedagógica centrada no estudante, aliada a metodologias adotadas, tem sido um catalisador de transformação, capacitando os estudantes a superarem barreiras e alcançarem seu pleno potencial.

Assim, é reafirmada a importância de um espaço de aprendizado, como pilares fundamentais de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e diversa. Que

as lições aprendidas aqui possam inspirar novas iniciativas, promovendo a igualdade de oportunidades.

Dando continuidade ao texto e, conforme exposto no início deste capítulo, alguns estudantes com Deficiência Auditiva podem ter outros comprometimentos físicos, intelectuais ou sensoriais que requerem apoios intensos e contínuos no processo de inclusão escolar e, para esses casos, entre os serviços ofertados, constam os Instrutores Mediadores Modalidade Oral (tipo de apoio pedagógico especializado).

Já para os estudantes com Surdocegueira, são disponibilizados Instrutores Mediadores (IM) ou Guia-Intérpretes (GI) (tipos de apoio pedagógico especializado), após avaliação pedagógica.

Além dos serviços mencionados acima, é de suma importância registrar que o pilar do trabalho com os estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira está no Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado, tanto nas escolas da Rede Estadual de Ensino, nas Salas de Recursos Multifuncionais, como no próprio Ceada que é ofertante do AEE. Por isso, o capítulo que segue tratará do AEE no Ceada e dos demais serviços oferecidos pelo Centro.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO CEADA

A Figura 1 (superior) mostra o local de instalação da sede própria do Ceada no ano de 2002 e na parte inferior da Figura 1, a sede construída no ano de 2003.

Figura 1 – Conheça um pouco do Ceada – 2002 e 2003

Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

2.002



2.003



19

de

Figura 2 – Ceada nos anos de 1986 e a sede de 2001 a 2003

1.986 a 1.991

Neste período o CEADA estava situado a Rua Dom Aquino.

1.991 a 2.001



Na Avenida Afonso Pena

2.001 a 2.003



Na Rua José Antonio

Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Figura 3 – Instalações do Ceada no ano de 2024



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CEADA

CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – CAEE

O Ceada, criado pelo Decreto n.º 3.546 de 17 de abril de 1986, tinha como configuração inicial de atuação, a oferta de escolarização para estudantes surdos, surdocegos e com Deficiência Auditiva. A partir de sua reorganização, o Centro, além do assessoramento educacional ao processo de inclusão escolar de estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, matriculados na Rede Estadual de Ensino, passou a ter um caráter de Centro ofertante do Atendimento Educacional Especializado, a partir da publicação da Resolução/SED n.º 3.330 de 21 de novembro de 2017, que estabelece o funcionamento dos Centros Estaduais de atendimento ao público da Educação Especial, e nessa está preconizado no Art. 6º, inciso VIII, que “aos centros competem: [...] oferecer o atendimento educacional especializado” (Mato Grosso do Sul, 1986).

Em atendimento à Resolução/SED n.º 3.330, o Ceada foi credenciado como Centro ofertante de Atendimento Educacional Especializado (Caee), por meio da Resolução/SED n.º 4.108 de 5 de dezembro de 2022.

CAEE E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A Lei n.º 14.768/2023 considera como Deficiência Auditiva, a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, como valor referencial da limitação auditiva, na média aritmética de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz).

O Atendimento Educacional Especial (AEE) hoje é oferecido aos estudantes da Rede Estadual de Ensino, que apresentam perda auditiva, que utilizam ou não aparelho auditivo ou implante coclear e se comunicam pela língua oral, tendo em vista que alguns alunos se utilizam do apoio pela leitura labial e, muitas vezes, precisam da repetição. Nesses casos, o Ceada realiza atendimento diferenciado, para que o conforto linguístico seja preservado, assim como a individualidade do estudante (Mariano; Granemann, 2019). Os apoios disponibilizados pelos serviços e recursos de acessibilidade do Centro são estratégias que visam eliminar barreiras no desenvolvimento e na aprendizagem do estudante que necessita das ações do AEE.

O estudante com Deficiência Auditiva requer recursos, práticas pedagógicas e lugar adaptado para o seu pleno desenvolvimento. A contribuição para sua aprendizagem envolve o processo educativo em sua totalidade, Estado, escola e família (Gonzalez, 2023).

O Centro oferece o AEE durante o turno inverso das aulas comuns, complementando a formação dos estudantes matriculados na Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse serviço é parte integrante do processo educacional e se destina aos estudantes com perda auditiva, independentemente de utilizarem aparelho auditivo e/ou implante coclear, e que se comunicam pela língua oral.

Os estudantes são avaliados por uma equipe pedagógica do Centro, alguns deles podem fazer uso da leitura labial e, em muitos casos, necessitam da repetição do conteúdo para compreensão adequada. Nessas situações, o Ceada providencia um atendimento diferenciado, visando preservar o conforto linguístico e a individualidade do estudante.

É responsabilidade do professor do AEE do Ceada identificar, elaborar, produzir e organizar materiais e recursos pedagógicos de acessibilidade, bem como desenvolver estratégias adequadas, levando em consideração as necessidades individuais de cada estudante. Além disso, cabe a ele elaborar e executar o Plano Educacional Individualizado (PEI), o qual deve contemplar todas as especificidades do estudante, visando promover sua participação plena nas atividades do Centro, refletindo, positivamente, no contexto da escola e sala de aula.

Nas palavras de Glat, Vianna e Redig (2012), o PEI é uma ação viabilizadora que planeja ações específicas para um determinado estudante, com objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazos.

O foco do professor deve estar integralmente voltado para os estudantes com Deficiência Auditiva que participam do AEE, e isso requer o reconhecimento das potencialidades e habilidades de cada estudante, com o objetivo de garantir seu pleno desenvolvimento educacional, o que é um direito garantido por lei.

Com relação às funções do professor de AEE, Braga Junior e Bedaque (2015) afirmam que:

Conforme a Res. n.º 04/2009, o professor especialista deverá: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Braga Junior; Bedaque, 2015, p. 32).

Além das funções mencionadas anteriormente, o professor deverá adotar as seguintes estratégias no AEE, voltado para estudantes com Deficiência Auditiva:

- uso de gramática ilustrada;
- uso de tecnologia (Programa e Aplicativos de Educação);
- uso de dicionário ilustrado;
- uso de recursos visuais (imagem, lousa digital, computador, entre outros);
- criar caderno de vocabulários;
- elaboração de Mapas Conceituais;
- desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI), – com base nas avaliações, serão desenvolvidos roteiros de trabalho pedagógico que estabeleçam metas educacionais e planos de suporte específicos para cada estudante;
- monitoramento contínuo – estabelecer um sistema de monitoramento para acompanhar o progresso dos estudantes em relação às metas estabelecidas nos PEIs;
- trabalhar leitura, interpretação e elaboração de textos;
- incorporar as regras gramaticais da escrita, estudando e treinando os sentidos das palavras de forma contextualizada, a partir da combinação de vocábulos dando sentido e formando frases, explorando a estrutura gramatical com recursos visuais para melhor compreensão do estudante;
- direcionar, para a área redação, os estudantes que estão cursando o Ensino Médio e que farão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

com os principais conceitos exigidos;

- evidenciar que o atendimento da Língua Portuguesa é de extrema importância para o desenvolvimento e a aprendizagem, contribuindo para o avanço no ensino comum, além de outras habilidades escolares que, por ventura, precisem ser trabalhadas de forma complementar.

Com relação ao atendimento do Cae, a Figura 4 a seguir mostra estudantes com Deficiência Auditiva sendo atendidos na sala do AEE do Ceada.

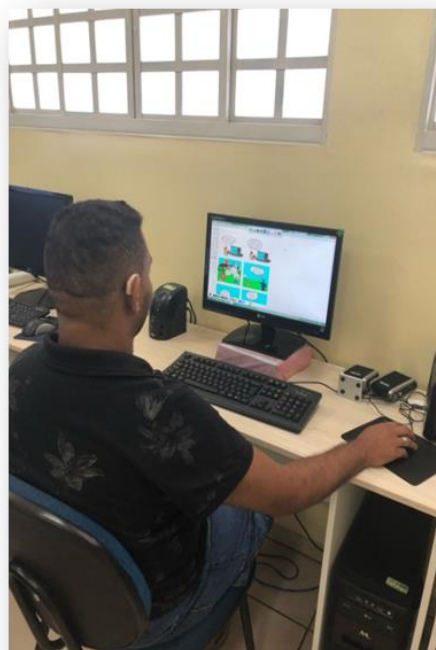
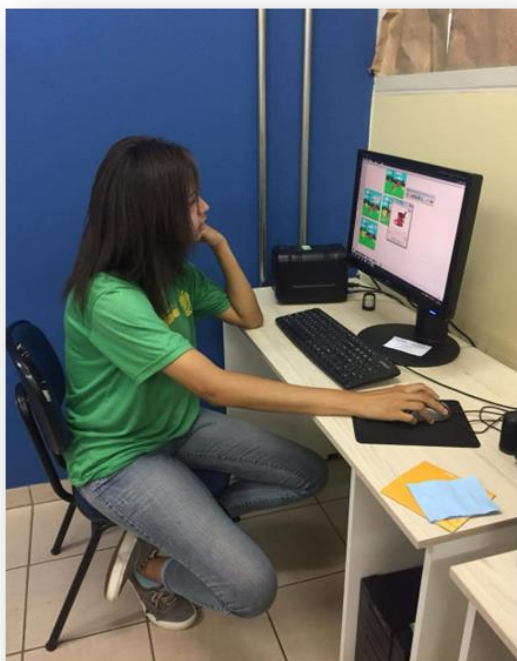
Figura 4 – Estudantes com Deficiência Auditiva atendidos na sala do AEE do Ceada



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Na sequência, a Figura 5 apresenta estudantes com Deficiência Auditiva utilizando os serviços oferecidos pelo AEE no Ceada.

Figura 5 – Estudantes com Deficiência Auditiva utilizando os serviços oferecidos pelo AEE no Ceada



Fontes: Mato Grosso do Sul (2024).

CAEE E A SURDOCEGUEIRA

Segundo Cader-Nascimento e Costa (2005), para se chegar à terminologia de Surdocegueira, muitos estudos foram realizados ao longo da história da educação especial e, mesmo hoje em dia, o termo surdocego é pouco utilizado, causando, ainda, certo desconforto às pessoas pela falta de informação. Dentre as mudanças na nomenclatura, podem ser citadas: dupla privação sensorial; múltipla privação sensorial (MPS); deficiência audiovisual (DAV); Deficiência Auditiva e deficiência visual (DA/DV); surdez-cegueira; surdo-cego e, atualmente, Surdocegueira.

Os termos surdocego e Surdocegueira, sem hífen, foram propostos por Salvatore Lagati, do Serviço de *Consuleza Pedagógica* em Trento, Itália, no ano de 1991, em que teve início a sua luta para conseguir a aceitação da palavra única surdocego, pois, para ele: “a surdocegueira é uma condição que apresenta outra dificuldade do que aquelas causadas pela cegueira e pela surdez” (Frederico, 2006).

No Brasil, o termo Surdocegueira passa a ser utilizado a partir de 2001, no documento “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, e a especificidade da deficiência só é abordada no documento da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação Seesp/MEC, sobre as “Estratégias e orientações pedagógicas em surdocegueira na educação infantil” (Brasil, 2001).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Art. 1º (Brasil, 2009, p. 3), define pessoas com deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

A Surdocegueira é uma deficiência única com distintos graus de perdas visuais e auditivas. O déficit auditivo e visual, em graus distintos, acarreta sérios problemas de comunicação, mobilidade e acesso à informação. Audição e visão são consideradas, na literatura, como sentidos receptores das informações a distância.

A lesão dos órgãos visual e auditivo pode ser identificada por exames clínicos, oftalmológicos e audiológicos completos. No entanto, o diagnóstico médico não detalha como a pessoa utilizará o resíduo visual, necessitando de uma observação e avaliação funcional, incluindo entrevista com a família.

Para Maia (2000, p. 53), “[...] a surdocegueira é uma deficiência única que apresenta perda da audição e visão, de tal forma que a combinação das duas deficiências impossibilite o uso dos sentidos da distância”.

A organização do trabalho para os estudantes com Surdocegueira congênita contempla o desenvolvimento de competências nas seguintes áreas curriculares:

- comunicação;
- Orientação e Mobilidade – O&M;
- desenvolvimento pessoal e social – atividades relacionadas com autonomia pessoal (higiene, alimentação, vestuário) e com a vida doméstica – Práticas Educativas para uma Vida Independente (Pevi); e
- compreensão do meio que o rodeia e sua relação com o mesmo (atividades sensoriais/sentidos remanescentes).

Assim, para a compreensão da Surdocegueira, é preciso que o profissional esteja ciente dos efeitos da combinação das deficiências sensoriais no desenvolvimento humano e dos efeitos que provoca na pessoa.

De acordo com o Grupo Brasil (2017):

Surdocegueira é uma deficiência única que apresenta perdas auditiva e visual concomitantemente, em diferentes graus, o que pode limitar a atividade da pessoa com surdocegueira e restringir sua participação em situações do cotidiano, cabendo a sociedade garantir diferentes formas de comunicação e tecnologia assistiva para que ela possa interagir com o meio social e o meio ambiente promovendo acessibilidade, mobilidade urbana e uma vida social com qualidade (Grupo Brasil, 2017, p. 1).

As características únicas da pessoa surdocega devem ser tratadas de modo especial, pelas dificuldades que essas pessoas têm para contatar o mundo e conseguir se inserir nele.

Comunicação

A comunicação com estudantes com Surdocegueira precisa ser natural e contextualizada, estabelecida por meio de atividades funcionais organizadas para estruturar seu entendimento de lugar, tempo e pessoas. A comunicação mediada deve incorporar esses elementos.

Para isso, o calendário de comunicação deve incluir sinais de objetos de uso diário e rotineiro (ver Figuras 6, 7 e 8). Essa prática é uma estratégia importante na organização da rotina diária, permitindo a antecipação das atividades por meio de objetos (ver Figura 7), proporcionando uma referência visual e antecipando as atividades que serão desenvolvidas. Esse calendário servirá como apoio indicativo e demonstrativo para o estudante, mostrando a programação que irá acontecer ao longo do seu dia.

Calendário de Comunicação

Figura 6 – Sinal de objeto de sala de aula



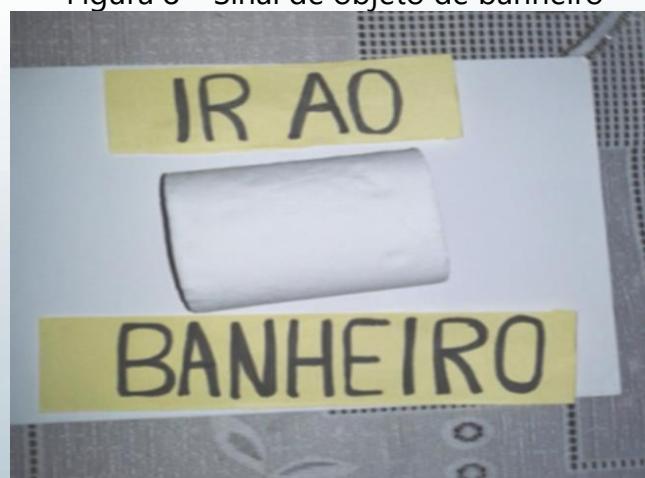
Fontes: Mato Grosso do Sul (2024).

Figura 7 – Sinal de objeto de refeitório



Fontes: Mato Grosso do Sul (2024).

Figura 8 – Sinal de objeto de banheiro



Fontes: Mato Grosso do Sul (2024).

Para que ocorra a aprendizagem, a pessoa com Surdocegueira necessita de estrutura, organização do ambiente, rotinas consistentes (com ordem de espaço, tempo, pessoa e atividade).

Orientação e Mobilidade

O corpo humano é composto de cinco sentidos, cada órgão do sentido está adaptado para responder a um determinado estímulo e possui receptores sensoriais capazes de transformar esses estímulos em impulsos nervosos. Na falta de dois sentidos, audição e visão, que é o caso da Surdocegueira, restam três que são: tato; paladar; e olfato.

A Orientação e Mobilidade é um conjunto de técnicas e estratégias, baseadas em informações psicossociais, que auxiliam o estudante na orientação e locomoção nos espaços em que vive, desenvolvendo, com a pessoa surdocega, um deslocamento orientado e seguro para conhecer o seu entorno e dele usufruir. É a possibilidade oferecida à pessoa surdocega de aprender a se organizar e a se familiarizar com o mundo, por meio do contato físico e de tudo que possa permitir compreender o existente ao seu redor e a se comunicar.

A Orientação e Mobilidade, assim como a orientação espacial, são mecanismos utilizados para o ser humano se localizar no espaço do mundo onde vive, compreender o que acontece ao seu redor, situar-se, orientar-se e se locomover com mais autonomia.

Na Orientação e Mobilidade se usa o tato por meio do toque e do rastreamento com as mãos. Com o dorso das mãos (palma da mão voltada para dentro) é feita a autodefesa ao se movimentar e explorar o ambiente onde está.

A Figura 9 a seguir mostra a estudante na aula de O&M, fazendo o percurso de braços dados com a professora.

Figura 9 – Estudante na aula de O&M



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Práticas Educativas para uma Vida Independente (Pevi)

Práticas Educativas para uma Vida Independente é o conjunto de atividades que visam ao desenvolvimento pessoal e social nos múltiplos afazeres do cotidiano, com vistas a independência, autonomia e convivência social do educando com Surdocegueira, e tem o objetivo de proporcionar oportunidades educativas funcionais, que habilitem o estudante a desenvolver, de forma independente, seu autocuidado e demais tarefas, proporcionando seu bem-estar social na escola e na comunidade.

Inicialmente, atividades como mastigar, beber, pentear-se, vestir-se, servir-se, parecem coisas que se aprende naturalmente no dia a dia, sem necessidade de que a escola se encarregue disso, pois são atividades tidas como corriqueiras. Porém, grande parte desse aprendizado vem da imitação, ou seja, é vendo como se come que se aprende a comer de forma correta; é vendo como se senta, como

se calça a meia que se aprende a fazer essas atividades. Já para os estudantes com Surdocegueira, essas pequenas práticas e ações do dia a dia precisam ser, pontualmente e sistematicamente, ensinadas.

A Figura 10 mostra uma estudante recebendo as instruções em Libras em campo reduzido na hora do lanche.

Figura 10 – Estudante recebendo as instruções em Libras



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

A Figura 11 mostra uma estudante se comunicando em Libras em campo reduzido com a professora na hora do lanche.

Figura 11 – Estudante recebendo as instruções em Libras



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Libras Tátil

Este processo de ensino requer uma abordagem cuidadosa e sensível, em que a pessoa com Surdocegueira é guiada a sentir os diferentes sinais e movimentos das mãos. A profissional se posiciona em frente ao orador e a pessoa com Surdocegueira usa a Libras tátil para saber quem está falando e o assunto.

Figura 12 – Estudante utilizando Libras tátil



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Libras Tátil com Sinais Adaptados

Os sinais podem ser adaptados de diversas maneiras, incluindo mudanças na forma de execução dos gestos, simplificação de movimentos ou, até mesmo, a criação de novos sinais que sejam mais facilmente perceptíveis para o estudante.

Figura 13 – Estudante utilizando Libras tátil com sinais adaptados



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Atribuições do professor no AEE voltado para a Surdocegueira

São atribuições do professor, especialista em educação especial, no desempenho do AEE voltado para estudantes com Surdocegueira:

- 1- proporcionar, ao estudante com Surdocegueira, a percepção dos materiais concretos;
- 2- gerenciar atividades e organizar o ambiente adequado ao desenvolvimento do estudante, proporcionando a oportunidade de fazer escolhas;
- 3- permitir acesso ao mundo à sua volta;
- 4- despertar, no estudante com Surdocegueira, a curiosidade, fazendo com que ele se movimente e explore o ambiente;
- 5- proporcionar, ao estudante com Surdocegueira, por meio de técnicas e estratégias adequadas, conhecer e reconhecer objetos;

- 6- desenvolver a linguagem do estudante, por meio do uso do enfoque da comunicação alternativa (uso de vários sistemas de comunicação);
- 7- reconhecer a prioridade para cada atividade;
- 8- fazer uso do calendário diariamente, semanalmente e mensalmente para encorajar o estudante com Surdocegueira a antecipar atividades futuras e planejar o seu tempo;
- 9- motivar o estudante com Surdocegueira, dentro de uma rotina, a realizar suas próprias tarefas;
- 10- proporcionar, ao estudante com Surdocegueira, reagir de forma positiva à mudança de planos, em repetir, prorrogar e terminar uma atividade;
- 11- usar técnicas e estratégias para aumentar antecipação, motivação, comunicação e confirmação;
- 12- melhorar a independência, ao invés da dependência (fazer com ele e não por ele);
- 13- variar o nível de intensidade de estímulos e o ritmo das atividades para ir de encontro com as necessidades do estudante;
- 14- elaborar relatório semestral sobre o atendimento educacional oferecido ao estudante, observando o desenvolvimento, necessidades, potencialidades, avanços e objetivos a serem alcançados;
- 15- registrar as adaptações, recursos, estratégias utilizadas durante as atividades realizadas pelo estudante, com fotos e vídeos, arquivar uma cópia na pasta do estudante; e

16-participar de eventos que promovam a formação continuada na área da educação de estudantes.

MATERIAIS CONFECCIONADOS NO CEADA PARA A SURDOCEGUEIRA

Mapa do Brasil em relevo e diferentes texturas sendo confeccionado pela professora.

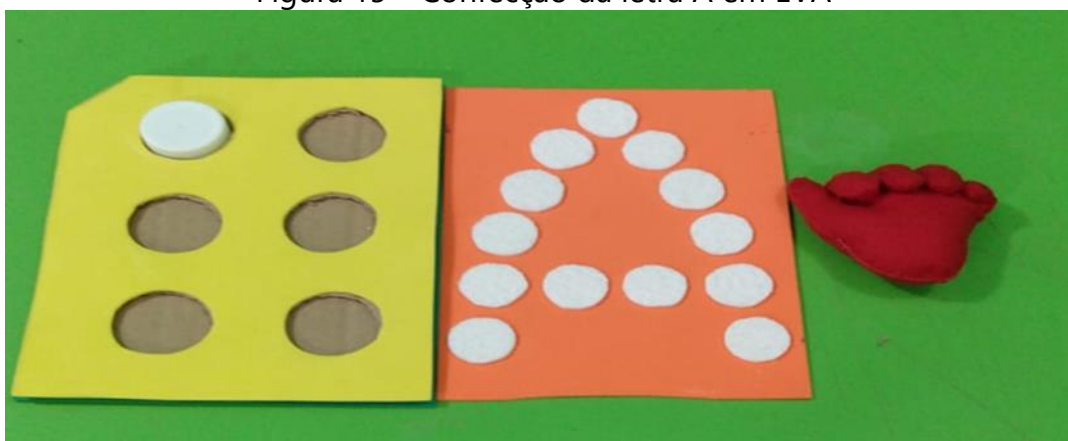
Figura 14 – Mapa do Brasil em relevo e diferentes texturas



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Na Figura 15, pode-se ver a confecção de material em EVA, em que todos os três estão representando a letra A: cor amarela é uma cela em Braille com 6 pontos, sendo o ponto 1 preenchido com uma bolinha branca formando a letra A; cor laranja representando a letra A do alfabeto; e cor vermelha em Libras representando a letra A.

Figura 15 – Confeção da letra A em EVA



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Material produzido em EVA, as duas mãos: direita e esquerda para que a estudante a utilize para fazer o manejo dos dedos para formar números que estão logo a seguir.

Figura 16 – Material em EVA (mão direita e esquerda)



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO: FORMAÇÃO E APOIO PEDAGÓGICO À DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O Núcleo de Assessoramento, Formação e Apoio Pedagógico a Deficiência Auditiva atua no acompanhamento do processo de inclusão escolar dos estudantes com Deficiência Auditiva matriculados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, que envolve a formação, o assessoramento e a orientação junto às escolas, o apoio e o acolhimento às famílias e o monitoramento do desempenho e trabalho realizado pelos Instrutores Mediadores Modalidade Oral (Immo), quando for o caso.

Sobre o Immo, registra-se que é um profissional que torna a aula acessível, a partir do planejamento geral para a turma, ensinando juntamente com o professor e pensando qual a forma de melhor atingir, positivamente, o estudante com Deficiência Auditiva (Quiles, 2018). Em relação à atuação, o Immo trabalha junto aos estudantes oralizados com perda auditiva, fazendo repetições orais do conteúdo ministrado pelo professor regente em sala de aula, como estratégia para favorecer a comunicação e a aprendizagem em sala de aula, além da compreensão do conteúdo ministrado. Esse profissional, portanto, atua como um elo de comunicação oral da pessoa com Deficiência Auditiva com o meio que o cerca (Mariano; Granemann, 2019), além de organizar e providenciar os recursos e adequações pedagógicas necessários ao processo de inclusão escolar, pois “atualmente, no processo de inclusão escolar no Ceada existem estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira que necessitam de auxílio e mediação dentro das salas de aula” (Gonzalez, 2023, p. 46).

Para a promoção do processo de inclusão escolar dos estudantes com DA, compete à equipe do Núcleo de Assessoramento, Formação e Apoio Pedagógico à Deficiência Auditiva:

- acolher as famílias, conhecer e avaliar pedagogicamente os estudantes com Deficiência Auditiva matriculados na Rede Estadual de Ensino;
- articular junto à comunidade escolar e sugerir para os professores regentes e equipe pedagógica as adequações na forma de exposição de conteúdos, com o intuito de garantir a qualidade de acesso dos estudantes com Deficiência Auditiva aos componentes curriculares;
- promover momentos de estudo, formação e divulgação das características da Deficiência Auditiva no contexto da escola;
- quando necessário, fazer o encaminhamento de profissionais aptos para o atendimento dos estudantes com Deficiência Auditiva (DA), que usam ou não o Aparelho de Amplificação Sonora Individual (Aasi) e/ou tem Implante Coclear (IC), os quais são adeptos à oralização para se comunicar;
- elaborar, executar e avaliar a Formação Continuada para Instrutores Mediadores Modalidade Oral (Immo) e professores de Sala de Recursos Multifuncionais para o DA;
- acompanhar o desempenho dos Instrutores Mediadores Modalidade Oral (Immo), orientando e sugerindo estratégias no ensino comum.

Acompanhamento pedagógico nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul

O acompanhamento pedagógico é estendido para todas as unidades escolares estaduais de Campo Grande, bem como para os municípios onde houver estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, e esse grupo de acompanhamento, hoje conta com cinco especialistas em educação especial, que direcionaram a linha de estudo na perspectiva do atendimento à Deficiência Auditiva.

Acolhimento e Avaliação Pedagógica nas Escolas

A Figura 16 ilustra acolhimento presencial à família e avaliação pedagógica de estudante na Escola Estadual Coração de Maria de Campo Grande-MS, para verificação dos apoios pedagógicos especializados da educação especial necessários para a inclusão escolar.

Figura 16 – Acolhimento presencial à família



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

As Figuras 17 e 18 mostram as técnicas em acompanhamento, assessoramento pedagógico e orientação aos professores na Escola Estadual Dolor Ferreira de Andrade de Campo Grande e na Escola Estadual Eduardo Perez, no município de Terenos.

Figura 17 – Orientação dos professores



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Figura 18 – Assessoramento pedagógico



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Avaliação Pedagógica

Avaliação pedagógica na Escola Estadual Lino Villacha e Escola Estadual EE Marçal de Souza Tupã-y.

Figura 19 – Avaliação pedagógica



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Avaliação pedagógica, *on-line*, com o apoio do Núcleo de Educação Especial (Nuesp) da Coordenadoria Regional de Educação de Corumbá (CRE3).

Figura 20 – Avaliação pedagógica *on-line* Nuesp/CRE3



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Avaliação pedagógica, *on-line*, com o apoio do Núcleo de Educação Especial (Nuesp) da Coordenadoria Regional de Educação de Coxim (CRE4) na Escola Estadual Pedro Mendes Fontoura 2024.

Figura 21 – Avaliação pedagógica *on-line* Nuesp/CRE4



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

As Figuras que se seguem demonstram dois momentos de formação para Instrutor Mediador Modalidade Oral (Immo) e Guia-intérprete (GI) em 2023: uma presencial em Campo Grande na sede do Ceada, e a outra acontece de forma

síncrona por vídeo chamada com profissionais que atuam nas escolas estaduais dos municípios do interior do Estado.

Figura 22 – Formação por vídeo chamada



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Figura 23 – Formação presencial



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

INSTRUTOR MEDIADOR MODALIDADE ORAL

ASPECTOS HISTÓRICOS DA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO (2014-2017)

Os estudantes com Deficiência Auditiva¹ se identificam com a cultura ouvinte, ou seja, a base comunicacional se fundamenta na língua oral, sendo construída e percebida a partir das vivências sonoras e visuais. Contudo, esses estudantes apresentam dificuldades na compreensão da fala e, para esses casos, há o acompanhamento fonoaudiológico, a utilização de próteses auditivas ou, até mesmo, a indicação de implantes cocleares.

Geralmente, os estudantes com Deficiência Auditiva (usuários de próteses ou implantes) não fazem opção pela utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), visto que, muitas vezes, as famílias buscam alternativas desde a identificação da deficiência, como por exemplo, o atendimento fonoaudiológico para melhorar a qualidade da fala, juntamente com o uso contínuo das próteses auditivas. Entretanto, em muitos casos, tal escolha no contexto escolar pode acarretar lacunas linguísticas e, conseqüentemente, impactos na aprendizagem dos componentes curriculares.

Considerando tal situação, no ano de 2014, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), por meio da Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial (Copesp à época, Coordenadoria de Educação Especial [Coesp], atualmente) e do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de

¹Deficiência auditiva é perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme Decreto n.º 5.626 (Brasil, 2005).

Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS)², iniciou discussões sobre a organização do trabalho, especificamente, que atendesse esse público em sua singularidade.

Como resultado desses estudos, surge um novo serviço ou a figura de um novo profissional da educação especial, o Instrutor Mediador Modalidade Oral (Immo), que passa a atuar com estudantes com Deficiência Auditiva, como será exposto nas linhas que se seguem.

Instrutor Mediador Modalidade Oral: construção histórica em Mato Grosso do Sul (2014-2017)

No ano de 2014, o Núcleo de Avaliação e Acompanhamento Didático do CAS, por meio da equipe pedagógica³, recebeu a solicitação da Escola Estadual Prof.^a Zélia Quevedo Chaves, do município de Campo Grande/MS para realizar avaliação pedagógica e linguística de uma estudante com diagnóstico de Deficiência Auditiva, sendo que a mesma estava matriculada no Ensino Fundamental e se comunicava por meio da fala, com baixo desempenho escolar.

Após a avaliação pedagógica e linguística, concluiu-se pela necessidade de iniciar um trabalho específico com a estudante, uma vez que a mesma não se utilizava da Libras como forma de comunicação, portanto, não seria eficaz o trabalho com o Instrutor Mediador Modalidades Sinalizada, pois era imprescindível a utilização da língua oral como forma de ensino e de comunicação.

² Nesse texto, ao fazer referência ao Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS).

³ Formada pelas pedagogas Prof.^a Me. Jussara Linhares Granemann e Prof.^a Esp. Rozilane Gamarra Ribeiro.

Registra-se que, enquanto o Tradutor Intérprete de Libras está voltado a atender o estudante surdo que se encontra no nível linguístico das múltiplas combinações, favorecendo o seu acompanhamento diário, pedagógico e linguístico em Libras; o Instrutor Mediador na Modalidade Sinalizada volta a atenção para os estudantes surdos que estão nos demais níveis linguísticos, ou seja, na aquisição da Libras e seu desenvolvimento. Dessa forma, o Instrutor Mediador Modalidade Sinalizada deverá providenciar recursos diferenciados (imagens, vídeos, Mapas Conceituais, entre outros), que promovam o processo de ensino e aprendizagem do estudante, tanto em Libras como dos conteúdos trabalhados na sala de aula (Mato Grosso do Sul, 2023).

Sob essa ótica, os serviços estavam organizados para o atendimento do estudante surdo usuário da Libras, e até aquele momento, o trabalho pautado na utilização da língua oral para estudantes com Deficiência Auditiva não era oferecido pela Secretaria de Estado de Educação no Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, a equipe iniciou estudos para fundamentar a implementação de um novo projeto específico para estudantes com Deficiência Auditiva que fazem uso da Língua Portuguesa na Modalidade Oral.

Foram realizadas pesquisas em Universidades e também em outras Secretarias de Educação de outros Estados, no entanto, naquele momento, não foram identificadas publicações para fundamentar e/ou organizar o novo projeto.

Ainda assim, e considerando a necessidade de oportunizar o apoio ao estudante com Deficiência Auditiva que requer apoio intenso e contínuo no contexto da sala de aula, a equipe apresentou o projeto inicial, partindo da mesma premissa do trabalho realizado pelo IMMS em sala de aula, optando por utilizar o termo Instrutor Mediador Modalidade Oral (Immo), sendo que o seu maior diferencial é a língua, que nesse caso, seria a língua oral.

Após a definição do serviço, foi realizado o primeiro estudo de caso com uma estudante com Deficiência Auditiva, e é importante destacar que essa utilizava prótese auditiva e, mesmo assim, não conseguia ouvir/compreender as explicações proferidas pelos professores durante as aulas e, também, não apresentou interesse em aprender Libras durante as aulas oferecidas por uma professora surda do CAS. Nesse sentido, a equipe pedagógica intensificou o trabalho com base oral, visto que a estudante não se identificava com a língua de sinais.

Com os dados coletados com a estudante no ambiente escolar, o estudo de caso foi apresentado para a Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial para análise e autorização de início do trabalho, sendo esse validado imediatamente, visto que foi compreendida a relevância da ação frente as dificuldades apresentadas pela estudante. Após a autorização para o início do atendimento, a equipe realizou reuniões com a coordenação pedagógica e professores da unidade escolar para esclarecimentos e orientações acerca do trabalho a ser realizado.

Semanalmente, a equipe realizava acompanhamento *in loco* na unidade escolar, objetivando reunir materiais e orientar os professores e coordenadores envolvidos, diretamente, com o trabalho com a estudante, sendo que todos os encaminhamentos foram registrados e arquivados na própria escola.

No mesmo ano, ou seja, em 2014, a Escola Estadual Prof.^a Hilda Ferreira de Souza, do município de Campo Grande-MS solicitou avaliação pedagógica e linguística de uma estudante com as mesmas características apresentadas pela estudante anterior, ou seja, com Deficiência Auditiva que se comunicava por meio da Língua Portuguesa na modalidade oral, pois a família não aceitava o uso e ensino da Libras e, mesmo com uso de prótese auditiva, apresentava dificuldade acentuada de ouvir as explicações proferidas pelos professores, dificultando seu

acesso ao conhecimento e ao processo de ensino e aprendizagem. Assim, após avaliação pedagógica e linguística, foi autorizado o início do trabalho realizado pelo Immo.

Com o exposto, o Serviço de Apoio Pedagógico Especializado Instrutor Mediador Modalidade Oral (Immo), em sala de aula do ensino comum, iniciou no ano de 2014, no município de Campo Grande, conforme representado a Tabela a seguir.

Tabela 1 – Serviço de Apoio Pedagógico Especializado Immo

Escola	Quantidade de estudantes	Ano escolar	Quantidade de Immo
EE Prof. ^a Hilda de Souza Ferreira	01	6º ano EF	01
EE Prof. ^a Zélia Quevedo Chaves	01	4ºano EF	01

Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Assim, a partir desse ano, os estudantes identificados com Deficiência Auditiva e com dificuldades acentuadas no aprendizado, matriculados nas escolas da Rede Estadual de Ensino (REE/MS) eram encaminhados para a realização de avaliação pedagógica e linguística e verificação da elegibilidade dos apoios pedagógicos especializados da educação especial que se fizessem necessários e de acordo com as características individuais de cada sujeito, não somente seu diagnóstico médico.

No início do ano letivo de 2017, considerando a coerência da proposta de trabalho desenvolvido pelo Ceada, que deve estar voltado para o processo de inclusão escolar de estudantes com Deficiência Auditiva e Surdocegueira, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Coordenadoria de Educação Especial, definiu que o acompanhamento, assessoramento, formação e monitoramento do desempenho da função do Instrutor Mediador Modalidade Oral (Immo) seria realizado, exclusivamente, pelo Centro. Que as avaliações de

estudantes com Deficiência Auditiva podem ser realizadas de forma colaborativa entre o Ceada e o CAS para verificação do conforto linguístico dos estudantes e encaminhamentos necessários, entretanto, é atribuição primeira do Ceada atuar junto aos estudantes com Deficiência Auditiva que se comunicam por meio da Língua Portuguesa na modalidade oral.

A partir da reorganização e consolidação dos novos moldes de atuação do Ceada, o trabalho com os estudantes com Deficiência Auditiva ganhou a relevância e a atenção necessárias, e pelo exposto se apresentam os dados quantitativos dos estudantes com Deficiência Auditiva matriculados na REE/MS, a contar do ano de 2018.

Tabela 2 – Estudantes com Deficiência Auditiva matriculados na REE/MS de 2018 a 2024

Ano	Quantitativo
2018	95
2019	40
2020	44
2021	40
2022	113
2023	119
2024	112

Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Na Tabela 3 estão os dados referente aos serviços de apoio para estudantes com Deficiência Auditiva matriculados na REE/MS de 2018 a 2024.

Tabela 3 – Serviços de apoio para estudantes com Deficiência Auditiva

Ano	Quantitativo
2018	45
2019	15
2020	34
2021	29
2022	46
2023	47
2024	48

Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Atribuições do Instrutor Mediador Modalidade Oral

O Instrutor Mediador na Modalidade Oral tem papel fundamental na facilitação do processo de aprendizagem, pois suas atribuições transcendem a mera transmissão oral do conhecimento, envolvendo uma abordagem dinâmica e interativa que estimula o diálogo e a reflexão dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades de comunicação. Entre as atribuições do Instrutor Mediador Modalidade Oral, estão:

- repetir na Língua Portuguesa oralmente, a fala e/ou explicação proferida pelos professores regentes durante as aulas;
- repetir as aulas da disciplina de língua estrangeira da mesma forma falada pelo professor;
- articular a fala de forma clara sem exageros, nem muito rápida e nem devagar, procurando manter o ritmo normal da fala;
- manter contato visual com o estudante ao falar de forma que este visualize bem o seu rosto, facilitando a leitura labial, quando necessário;

- evitar colocar as mãos ou algum objeto em frente ao rosto enquanto fala, pois é de suma importância que o estudante tenha o contato visual;
- usar batom e/ou evitar bigodes e/ou barba para facilitar a visualização dos lábios;
- posicionar-se de frente para o estudante, permitindo que ele visualize seu rosto;
- motivar o estudante a interagir com os professores regentes, realizando perguntas quando houver dúvidas ou expressando sua opinião;
- incentivar o estudante a participar das atividades coletivas propostas pelos professores;
- analisar o nível de conhecimento e dificuldades encontradas pelo estudante em relação aos conteúdos trabalhados nos componentes curriculares;
- solicitar à coordenação, com antecedência, o planejamento elaborado pelos professores;
- preencher a ficha do plano de aula registrando os recursos visuais que serão utilizados;
- oportunizar sempre a autonomia do estudante, possibilitando formas para que o mesmo execute as atividades propostas sem auxílio do Immo;
- providenciar recursos diferenciados como imagens, vídeos, materiais concretos, entre outros, para facilitar a compreensão do estudante. Os recursos devem estar de acordo com a idade e ano escolar que o mesmo está inserido;

- registrar diariamente, os avanços e dificuldades encontrados pelo estudante;
- produzir, junto com o estudante, o caderno de vocabulário a partir dos conteúdos ministrados pelos professores, nele deverá conter a imagem, a palavra e o conceito, sempre considerar a idade do estudante;
- elaborar Mapa Conceitual dos conteúdos;
- registrar as adaptações, recursos, estratégias utilizadas durante as atividades realizadas pelo estudante, baseadas nos conteúdos dados pelos professores regentes, bem como o registro de fotos e vídeos, arquivar uma cópia na pasta do estudante;
- participar de eventos que promovam a formação continuada na área da educação de estudantes deficientes auditivos; e
- elaborar e executar o Plano Educacional Individual (PEI).

Cabe registrar que todos os estudantes da educação especial matriculados nas escolas estaduais de Mato Grosso do Sul têm Plano Educacional Individualizado e os estudantes com Deficiência Auditiva não são exceção. De acordo com Mariano e Granemann (2019), a equipe pedagógica observa todos os pontos relacionados à aprendizagem de cada estudante, promovendo planos de ação que contemplem as necessidades deles, os professores e os Immos subsidiam a avaliação diagnóstica relacionada às atividades a serem trabalhadas e, a partir das informações coletadas, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é organizado colaborativamente com os professores.

Vale destacar que o PEI é um documento elaborado a partir de uma avaliação do estudante com necessidade específica e elaborado pelo professor.

Uma ferramenta com a finalidade de melhorar e favorecer o processo de ensino e aprendizagem de cada estudante, individualmente. O PEI é um instrumento investigador para os professores e que favorece o processo de aprendizagem individualizada dos estudantes. Vale acrescentar que os componentes básicos do PEI englobam o nível atual de desenvolvimento, a modalidade de atendimento e planejamento de suporte, os objetivos geral e específico, a avaliação e o procedimento de reavaliação, a composição da equipe e a apreciação dos pais (Magalhães; Corrêa; Campos, 2018).

NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO, FORMAÇÃO E APOIO PEDAGÓGICO À SURDOCEGUEIRA

Como informado no início do texto, a Surdocegueira é uma deficiência com distintos graus de perdas visuais e auditivas. O déficit auditivo e visual, em graus distintos, acarreta sérios problemas de comunicação, mobilidade e acesso à informação. A lesão dos órgãos visual e auditivo pode ser identificada por exames clínicos, oftalmológicos e audiológicos completos. No entanto, o diagnóstico médico não detalha como a pessoa com Surdocegueira utilizará o resíduo visual ou auditivo, necessitando de uma observação pedagógica e avaliação funcional e escolar, incluindo a participação e entrevista com a família.

Nesse viés, surge a necessidade de organização de um trabalho específico dentro do Ceada para o atendimento de um público com características tão peculiares como este.

O Núcleo de Assessoramento, Formação e Apoio Pedagógico à Surdocegueira é responsável por identificar os estudantes com Surdocegueira na Rede Estadual de Ensino, acompanhar e avaliar o estudante de forma específica, a fim de verificar suas necessidades educacionais, bem como atuar na orientação e acompanhamento do Instrutor Mediador (IM) e/ou Guia-Intérprete (GI) dos estudantes com Surdocegueira na escola comum.

Entre as atribuições do Núcleo de Assessoramento, Formação e Apoio Pedagógico à Surdocegueira constam as seguintes ações:

- acolher as famílias, conhecer e avaliar pedagogicamente os estudantes com Surdocegueira matriculados na Rede Estadual de Ensino;

- articular junto à comunidade escolar as adequações ambientais e metodológicas, a fim de garantir a acessibilidade arquitetônica e atitudinal frente ao processo de inclusão escolar do estudante com Surdocegueira;
- promover momentos de estudo, formação e divulgação das características da Surdocegueira no contexto da escola;
- quando necessário, fazer o encaminhamento de profissionais aptos para o atendimento dos estudantes com Surdocegueira, sendo Instrutores Mediadores (IM) / Guia-Intérprete (GI);
- elaborar, executar e avaliar a Formação Continuada para Instrutores Mediadores (IM) / Guia-Intérprete (GI) e professores de Sala de Recursos Multifuncionais para a Surdocegueira; e
- acompanhar o desempenho profissional dos Instrutores Mediadores (IM) / Guia-Intérprete (GI), orientando e sugerindo estratégias no ensino comum.

Reitera-se que, a partir da reorganização e consolidação dos novos moldes de atuação do Ceada, o trabalho com os estudantes com Surdocegueira ganhou a relevância e a atenção necessárias, e pelo exposto se apresentam os dados quantitativos dos estudantes com Surdocegueira matriculados na REE/MS, a contar do ano de 2018.

Tabela 4 – Estudantes com Surdocegueira de 2018 a 2024

Ano	Quantitativo
2018	8
2019	8
2020	8
2021	8
2022	4
2023	6
2024	5

Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

GUIA-INTÉRPRETE E INSTRUTOR MEDIADOR

O GI é “aquele profissional que serve de canal de comunicação e visão entre a pessoa com Surdocegueira e o meio no qual ela está interagindo” (Mariano; Granemann, 2019, p. 84). Esse profissional apresenta algumas habilidades essenciais para transmitir fidedignamente informações compreensíveis à pessoa com Surdocegueira. Possui formação específica que lhe permite extrair sentido por meio da informação linguística e extralinguística. O trabalho do guia-intérprete é o de contextualizar o sentido da língua destino, a interpretação. O público específico desse profissional são pessoas que adquiriram Surdocegueira após a aquisição de uma língua, os chamados pós-linguísticos.

Ainda de acordo com Mariano e Granemann (2019, p. 81) o IM é o profissional que acompanha o estudante com Surdocegueira pré-linguista ou congênita, usa atividades de PEVI (Práticas Educativas para uma vida independente), trabalhando rotinas diariamente, como comer, vestir, cuidar da higiene pessoal e outros.

O profissional guia-intérprete/instrutor mediador deverá ter e receber formação nas diversas formas de comunicação utilizadas pelos estudantes com Surdocegueira, sendo:

- Libras;
- Braille;
- Língua de Sinais Tátil ou em Campo Reduzido;
- Alfabeto Manual Tátil;

- Sistema Manual Tátil ou Manual;
- Método Tadoma;
- conhecer sistemas alternativos de comunicação e as formas individuais de comunicação do estudante com Surdocegueira.

ATRIBUIÇÕES DO INSTRUTOR MEDIADOR NA ESCOLA

Considerando a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam com o estudante surdocego, aqueles que desempenharem o trabalho como Instrutores Mediadores (IM) deverão estar preparados para atuar na escola de forma a:

- estabelecer vínculo com o estudante com Surdocegueira, por meio de um relacionamento de confiança;
- observar, analisar e registrar como é o desenvolvimento da comunicação receptiva e expressiva do estudante, tanto na Língua de Sinais como também na Língua Portuguesa, verificando quais são suas potencialidades e necessidades em relação às duas;
- observar como se dá o desenvolvimento do estudante frente ao processo de ensino e aprendizagem. Fazer a leitura do Plano Educacional Individualizado ou dos relatórios anteriores para elaboração do PEI que contemple às necessidades desse estudante, estabelecendo o trabalho em equipe com os professores e coordenação pedagógica;
- elaborar plano de aula e de trabalho baseado no plano educacional para a turma com as devidas adaptações e realizar registro fotográfico e em forma de vídeo, arquivando uma cópia na pasta do estudante;

- mediar a comunicação entre o estudante com Surdocegueira, professores, demais estudantes e comunidade escolar, favorecendo a interação desses;
- promover o aprendizado da Língua de Sinais como língua materna (L1) e da Língua Portuguesa como segunda língua (L2), bem como o uso de recursos e estratégias adequadas ao estudante, possibilitando a aquisição de conceitos e habilidades escolares que são indispensáveis para seu desenvolvimento;
- incentivar os demais estudantes e outros profissionais da comunidade escolar a aprender a Libras para melhorar a comunicação com o estudante;
- manter registros diários do desempenho, avanços e dificuldades encontradas pelo estudante;
- elaborar relatório semestral sobre o atendimento educacional oferecido ao estudante, observando o desenvolvimento, necessidades, potencialidades, avanços e objetivos a serem alcançados; e
- participar de eventos que promovam a formação continuada na área da educação de estudantes com Surdocegueira.

ATRIBUIÇÕES DO GUIA-INTÉRPRETE

Considerando a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam com o estudante surdocego, aqueles que desempenharem o trabalho como Guia-Intérprete (GI) deverão estar preparados para atuar na escola de forma a:

- estabelecer contato com a pessoa com Surdocegueira e observar previamente algumas informações importantes de como é a forma de comunicação utilizada por ele, como se expressa e como recebe a

informação, se faz uso da oralidade (com resíduo auditivo), da Libras ou de outras formas de comunicação;

- transliterar, descrever o ambiente e guiar o estudante;
- verificar a distância adequada da lousa para os estudantes que ainda conseguem copiar (com resíduo visual), combinando a melhor posição para a realização das atividades em sala de aula, bem como se atentar para os espaços entrelinhas, a luminosidade e o contraste;
- entregar, com antecedência, os materiais impressos, como: livros e apostilas que foram adaptados. No caso de estudante com Surdocegueira com resíduo visual, observar e respeitar o tamanho da fonte e contraste de cores, já nos casos de cegueira, observar e oportunizar o uso do sistema Braille, pois tais materiais devem ser transcritos;
- realizar adaptações de recursos táteis, como material didático em alto relevo, como é o caso de mapas, desenhos entre outros;
- utilizar, preferencialmente, materiais escolares que sejam compatíveis com a necessidade do estudante. Ex.: caneta ponta grossa de cor preta;
- assegurar que toda informação proporcionada aos demais estudantes, também cheguem aos estudantes com Surdocegueira;
- adequar o método de comunicação: alfabeto na palma da mão; Braille impresso ou tátil; Libras tátil ou campo reduzido, considerando o campo visual restrito e a perda auditiva do estudante;
- incentivar o estudante a participar dos atendimentos e eventos que promovam seu desenvolvimento;

- elaborar plano de aula e de trabalho baseado no plano educacional para a turma com as devidas adaptações e realizar registro fotográfico e em forma de vídeo, arquivando uma cópia na pasta do estudante;
- elaborar relatório semestral sobre o atendimento educacional oferecido ao estudante, observando seu desenvolvimento, necessidades, avanços e objetivos a serem alcançados e arquivar cópia na pasta do estudante; e
- participar de eventos que promovam a formação continuada na área da educação de estudantes com Surdocegueira.

NÚCLEO DE FONOAUDIOLOGIA

O Núcleo de Fonoaudiologia tem como função principal a realização da Audiometria, pois a partir desse exame, se verifica a acuidade auditiva do estudante e se detecta se o mesmo escuta normalmente.

Além disso, o Processamento Auditivo nos permite avaliar diferentes habilidades auditivas, como se o indivíduo interpreta e processa mentalmente a informação auditiva de forma correta e eficiente. O processo de avaliação fonoaudiológica inclui entrevistas com os pais ou responsáveis pelo estudante, aplicação de testes e procedimentos para identificar habilidades e fragilidades no desenvolvimento auditivo, possibilitando a detecção de necessidades que, em colaboração com a escola, podem ajudar a melhorar o desempenho escolar do estudante.

O exame audiométrico é gratuito e está disponível para estudantes e toda a comunidade, mediante agendamento.

Figura 24 – Cabine de audiometria



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

O exame audiométrico não causa nenhum tipo de desconforto, a pessoa entra numa cabine acústica para evitar interferências de ruídos externos e a fonoaudióloga procede os testes necessários.

Figura 25 – Atendimento na Sala de Audiometria com a Fonoaudióloga



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

Figura 26 –Aparelhos usados nos atendimentos do Núcleo de Fonoaudiologia

Audiômetro

Aparelho para fazer o exame de audiometria, emite sons através de um fone de ouvido.



Impedanciômetro

Impedanciometria é um exame usado no diagnóstico de problemas da audição. É composta por dois procedimentos: timpanometria e medida de reflexo acústico.



Fonte: Mato Grosso do Sul (2024).

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. orgs.). **Libras em estudo**: formação de profissionais. São Paulo: Feneis, 2014.

BELATO, J. J. F. **Educação especial em Mato Grosso do Sul**: constituição, personagens e instituições (1980-1983). 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul 2022. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/educacao-especial-em-mato-grosso-do-sul-constituicao-personagens-e-instituicoes-1980-1983/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

BRAGA JUNIOR, F. V.; BEDAQUE, S. A. P. **Deficiência auditiva e o atendimento educacional especializado**. Mossoró : EdUFERSA, 2015.

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 23 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: SEE/MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 10.436, 24 de abril de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. P. R. **Descobrimo a Surdocegueira**: educação e comunicação. São Carlos: EdUFSC, 2005.

FREDERICO, C. E. **O domínio de atividades de vida autônoma e social referentes à alimentação de crianças surdocegas com fissuras lábio palatal**. 2006. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. **Plano educacional individualizado**: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas, v. 34, p. 79-100, 2012.

GONZALEZ, R. S. L. **Contribuição de pioneiras na educação de pessoas com deficiência auditiva em Mato Grosso do Sul (1980-2000)**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/contribuicao-de-pioneiras-na-educacao-de-pessoas-com-deficiencia-auditiva-em-mato-grosso-do-sul-1980-2000/>. Acesso em: 2 mar. 2024.

GRUPO BRASIL de Apoio ao Surdocego e ao Deficiente Múltiplo Sensorial. **Ata de reunião**. Novembro, 2017.

LACERDA, C. B. F.; MANTELATTO, S. A. C. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos. *In*: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Org.). **Fonoaudiologia**: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000. p. 21-41.

MAGALHÃES, T. F. A.; CORRÊA, R. P.; CAMPOS, E. C. V. Z. O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso de Júlio. **Rev. Educação, artes e inclusão**, v. 14, n. 4, 2018.

MAIA, S. R. **Educação do Surdocego**: diretrizes básicas para as pessoas não especializadas. 2000. Dissertação (Mestrado em Distúrbio do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2000.

MARIANO, R. C. P.; GRANEMANN, J. L. Elementos históricos da reestruturação do CEADA. *In*: BUYTENDORP, A. A. B. M.; MENESES, S. Q.; BRAGA, P. G. (Orgs.). **Educação Especial em Mato Grosso do Sul**: caminhos e práticas. Campo Grande: SED, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 3.546 de 17 de abril de 1986. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS, 1986.

MATO GROSSO DO SUL. **O Trabalho do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez na Educação dos Surdos no Mato Grosso do Sul de 2002 a 2023**. Campo Grande/MS: Secretaria de Estado de Educação, SED/MS, 2023. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/O-trabalho-do-CAS-na-educacao-dos-surdos-no-Mato-Grosso-do-Sul.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada). **Arquivos e**

documentos internos do Ceada - 1986 a 2024. Mato Grosso do Sul: SED-MS, 2024.

QUILES, R. E. S. Educação de surdos em Mato Grosso do Sul: retratos atuais.
Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 46, jul./dez. 2018.



CEADA | **Memórias,
Reflexões e
Práticas**

SED
Secretaria de
Estado de
Educação



GOVERNO DE
**Mato
Grosso
do Sul**